

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, agosto de 2012
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	30/06/2012	30/06/2011	Nota	30/06/2012	30/06/2011
Ativo Circulante	23.574	6.081	Passivo Circulante	6.534	9.273
Disponibilidades	38	69	Outras Obrigações	6.534	9.273
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c	22.358	Fiscais e Previdenciárias	9	1.804
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		22.358	Negociação e Intermediação de Valores		4.236
Outros Créditos	1.178	1.051	Diversas	10	494
Rendas a Receber		490			348
Créditos Tributários	6	480			
Diversos	7	199			
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.458	25.468	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.738	1.409
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c	5.441	Outras Obrigações	1.738	1.409
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.441	Fiscais e Previdenciárias	9	1.702
Outros Créditos	3.017	2.287	Diversas	10	36
Créditos Tributários	6	125			
Diversos	7	2.892			
Permanente	-	73.823	Patrimônio Líquido	2&12	23.760
Investimentos	-	73.823	Capital:		
Participações em Coligadas e Controladas - no País	2	-	De Domiciliados no País		18.313
Outros Investimentos		-	Reservas de Lucros		5.447
Provisões para Perdas		73.704			82.625
Outras Imobilizações de Uso		143			12.065
Depreciações Acumuladas		(143)			
Imobilizado de Uso	8	-			
Outras Imobilizações de Uso		-			
Depreciações Acumuladas		99			
		(99)			
Total do Ativo	32.032	105.372	Total do Passivo	32.032	105.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
	44.687	37.938	288	3.700	-	86.613
Saldos em 31 de Dezembro de 2010					-	
Lucro Líquido					10.587	10.587
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	529	-	(529)	-
Juros sobre Capital Próprio	12.b	-	-	-	(2.510)	(2.510)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	3.774	(3.774)	-
Reserva para Reforço de Capital	12.c	-	-	3.774	(3.774)	-
Saldos em 30 de Junho de 2011	44.687	37.938	817	11.248	-	94.690
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	9.904	8.409	312	3.769	-	22.394
Lucro Líquido					2.013	2.013
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	100	-	(100)	-
Juros sobre Capital Próprio	12.b	-	-	-	(647)	(647)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	633	(633)	-
Reserva para Reforço de Capital	12.c	-	-	633	(633)	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	9.904	8.409	412	5.035	-	23.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV Distribuidora), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encaregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Reestruturações Societárias

Cisão Parcial da CRV Distribuidora para Santander Participações S.A. (Santander Participações). Nas AGES de 31 de agosto de 2011 da CRV Distribuidora e da Santander Participações, os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de cisão parcial da CRV Distribuidora, com versão da parcela cindida à Santander Participações, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2011, sendo que a parcela cindida de R\$73.704 refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV Distribuidora no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities). Em contrapartida da cisão o capital social da CRV Distribuidora foi reduzido em R\$64.312 e as reservas de lucro em R\$9.392. O resultado de equivalência patrimonial apurado em 2011 foi de R\$1.842, referente ao lucro líquido ajustado da Santander Securities no período.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da CRV Distribuidora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2012 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 14 de agosto de 2012. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa CRV Distribuidora, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2012 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/r1.

4. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da CRV Distribuidora.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

e.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrado em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

e.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20%.

f) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A CRV Distribuidora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O custo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% sobre os resultados financeiros e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da CRV Distribuidora na reunião realizada em 14 de agosto de 2012.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, em sua forma contábil, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

h) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de junho de 2012 e 2011, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários:

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/06/2012
Provisão para Riscos Fiscais	302	55	-	357
Outras Provisões Temporárias	376	-	(34)	342
Total dos Créditos Tributários	678	55	(34)	699
Créditos não registrados	(94)	-	-	(94)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	584	55	(34)	605
Circulante	531			480
Longo Prazo	53			125
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para Riscos Fiscais	213	36	-	249
Outras Provisões Temporárias	296	-	(91)	205
Total dos Créditos Tributários	509	36	(91)	454
Créditos não registrados	(94)	-	94	-
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	415	36	3	454
Circulante	380			371
Longo Prazo	35			83

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Diferenças Temporárias	30/06/2012	Total	Registrado
Ano	IRPJ	CSLL	Total	Registrado
2012	327	142	469	422
2013	95	70	165	118
2014	-	12	12	12
2015	-	6	6	6
2016	29	18	47	47
Total	451	248	699	605

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$663 (2011 - R\$432) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$573 (2011 - R\$432), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

7. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2012	30/06/2011
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	2.312	2.192
Impostos e Contribuições a Compensar	779	247
Devedores Diversos no Exterior	-	12
Total	3.091	2.451
Circulante	199	247
Longo Prazo	2.892	2.204

8. Imobilizado de Uso

Composto por sistemas de processamento de dados no valor de R\$99 (2011 - R\$99), integralmente depreciados.

9. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2012	30/06/2011
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11.b)	2.663	2.103
Impostos e Contribuições a Pagar	84	208
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	759	3.536
Total	3.506	5.847
Circulante	1.804	4.511
Longo Prazo	1.702	1.336

10. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2012	30/06/2011
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas Administrativas	168	215
Outros Pagamentos	361	206
Fornecedores	1	-
Total	530	421
Circulante	494	348
Longo Prazo	36	73

11. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais Fiscais

	30/06/2012	30/06/2011
Saldo Inicial	2.389	1.388
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	274	715
Saldo Final	2.663	2.103
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	121	218

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

DIRETORIA

Diretores

José Roberto Machado Filho

Luciano Ortiz de Camargo

Miguel Angel Albero Ocerin*

Ignacio Dominguez-Adame Bozzano**

* Posse pendente de obtenção de visto de concomitância.

** Pendente de aprovação do Bacen.

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas